

DIFERENÇAS DE GÊNERO: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

GENDER DIFFERENCES: FEMALE PARTICIPATION IN THE BRAZILIAN LABOR MARKET

*Luciene Rodrigues**

RESUMO: No Brasil, as mulheres passaram de 32% da PEA em 1977 para 46% em 2001, uma modificação intensa num curto período de tempo. O presente ensaio tem por objetivo reportar algumas das transformações ocorridas no mercado de trabalho do país nas duas últimas décadas (anos 1980 e 1990), focalizando a evolução da participação feminina e as possíveis variáveis explicativas do aumento dessa participação. Os resultados indicam crescimento expressivo da participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, mas que elas participam menos que os homens e que o nível de participação feminina está se estabilizando. A participação de mulheres cônjuges foi a principal razão do crescimento na taxa de participação feminina. A variável com forte poder explicativo da crescente participação feminina é o aumento no nível educacional.

PALAVRAS CHAVE: Gênero, Brasil, Mercado de trabalho

ABSTRACT: In Brazil, women raised from 32% of EAP in 1977 to 46% in 2001, an intense change in a short period of time. The present essay aims to report some transformations which took place in the country in the last two decades, focusing on the evolution of the female participation and the variables that can explain this behavior. The results indicate the increase in women's participation in the Brazilian labor market is expressive, but that they participate much less than men and the level of female participation are being stabilized. The women wives participation was the main reason in the increase observed in the rate of female participation. The most important variable to explain the growing of feminine participation is the increase of educational level.

KEY WORDS: Gender, Brazil, work market

1. INTRODUÇÃO

Uma das mudanças mais notáveis na oferta de trabalho no pós-guerra tem sido o grande aumento da participação feminina na procura por emprego. Segundo GOLDIN (1990) nos Estados Unidos da América, as mulheres passaram de 18% da população economicamente ativa (PEA) em 1900 para 32% em 1960 e 46% em 1992. Essa transformação foi geral no mundo ocidental e o Brasil não escapou a esses efeitos. No país, as mulheres foram de 32% da PEA em 1977 para 46% em 2001, uma modificação intensa num curto período de

* Doutora em Ciências pela FFLCH/USP. Professora Titular do Departamento de Economia da UNIMONTES. E-mail: rluciene@unb.br ou economia@unimontes.br.

tempo e de grande importância na sociedade uma vez que afeta duas instituições da qual participam quase todos os indivíduos: a família e o local de trabalho.

A Constituição Federal brasileira profere que homens e mulheres possuem direitos e obrigações iguais e que é proibido a diferenciação de salários, de exercício de função e de critério de admissão por motivo de sexo, cor ou estado civil.

Entretanto, no mercado de trabalho, sexo, cor, classe social e região são características que influenciam nas oportunidades das pessoas. Na prática, verificam-se diferenças na inserção, tratamento, formação profissional e na promoção entre os sexos no mercado de trabalho. As mulheres, de uma forma geral, sofrem discriminação econômica direta e indireta, evidenciadas pelas diferenças salariais para funções semelhantes às exercidas pelo sexo masculino, participam menos nas atividades de gerência e chefia entre outras. Se forem negras, as desvantagens aumentam. Muito embora as quatro características (sexo, cor, classe social e região) sejam sistemas interconectados, sendo importante averiguar como as diversas formas de desigualdade operam conjuntamente faremos, neste ensaio, um recorte apenas por gênero.

Sexo é algo biológico, dado naturalmente e gênero é construído a partir das relações sociais. Durante todo processo de crescimento e desenvolvimento dos seres humanos são determinados papéis e funções ao sexo biológico. Os diferentes papéis são impostos pela sociedade e adaptados ao período histórico, ideologia, cultura, religião e conforme o desenvolvimento econômico. Nesse sentido, cumpre verificar (i) quais as principais transformações ocorridas no sistema capitalista que afetaram o mercado de trabalho brasileiro nas últimas décadas? (ii) em que medida o gênero constitui fator de discriminação econômica? (iii) quais mulheres aumentaram sua participação no mercado de trabalho brasileiro? A busca de resposta a essas questões deve ser o ponto de partida para o desenho de políticas públicas voltadas para a redução dos diferenciais de gênero.

Diante do exposto, o presente ensaio tem por objetivo reportar algumas das transformações ocorridas no mercado de trabalho do país nas duas últimas décadas (anos 1980 e 1990), focalizando a evolução da participação feminina e as possíveis variáveis explicativas do aumento dessa participação.

2. O GÊNERO COMO FATOR DE DISCRIMINAÇÃO ECONÔMICA

Gênero em sentido amplo é o que significa ser homem ou mulher, e como este fato define as oportunidades, os papéis, as responsabilidades e as relações de uma pessoa. Conforme INSTRAW (1995) gênero é:

(...) um conceito que se refere a um sistema de papéis e de relações entre mulheres e homens, os quais não são determinados pela biologia, mas pelo contexto social, político e econômico. O sexo biológico de uma pessoa é dado pela natureza; o gênero é construído (INSTRAW, 1995:15).

Nesta perspectiva, enquanto o sexo é biológico, o gênero é definido nas relações sociais. Isto significa que o gênero está diretamente vinculado à distribuição desigual do poder e às relações assimétricas que se estabelecem entre homens e mulheres na sociedade, que perpetuam a desvalorização do feminino. Em geral, as funções atribuídas ao sexo masculino são mais valorizadas, gerando, de certa forma, preconceitos ou discriminações em relação ao sexo feminino, com conseqüências econômicas. Está reservado, prioritariamente, para o homem, a esfera pública da produção; e, à mulher, a esfera privada da reprodução e do cuidados dos outros.

Para VALENZUELA (1999), é importante distinguir discriminação direta e indireta. A primeira está associada ao tratamento desigual que se dá as pessoas ou grupos sociais apenas porque pertencem a uma categoria social qualquer, independente de seus talentos e habilidades. A segunda, e mais comum, é expressa de maneira sutil, pois as desigualdades permanecem mesmo quando todos são tratados da mesma forma, como por exemplo, quando as mulheres ou membros de uma etnia encontram barreiras invisíveis, porém insuperáveis, para alcançar cargos de prestígio social maior, recompensas econômicas e posições sociais mais valorizadas.

Existe uma divisão, por gênero, do trabalho remunerado e trabalho doméstico, sendo esse último de responsabilidade do sexo feminino. Quando as mulheres fazem parte do quadro de funcionários do trabalho remunerado, suas funções, geralmente, são de menor prestígio e recompensas:

Em torno do gênero é estruturada a divisão entre trabalho remunerado – produtivo – e trabalho doméstico – reprodutivo -, sendo designado à mulher a responsabilidade deste. O gênero também estrutura a divisão dentro do trabalho remunerado entre ocupações e posições mais valorizadas, com uma concentração maior de homens, e aquelas de menor prestígio e recompensa, onde se situam majoritariamente as mulheres (...) (VALENZUELA, 1999:151).

As diferenças biológicas entre homens e mulheres normalmente são utilizadas para justificar discriminações às mulheres. Por possuir o aparato biológico, é atribuída a ela a necessidade de permanecer exercendo tarefas domésticas – o que não justifica que a mulher deva cuidar dos filhos ou de outros afazeres domésticos sozinhas. De fato, quase sempre as mulheres são cerceadas em suas necessidades e capacidades em função da diferença sexual. Para FRASER (1997) o resultado de tudo isso é uma estrutura político-econômica que gera modos de exploração, marginalidade e pobreza, específicas de gênero.

3. PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Não é novidade que as mulheres têm aumentado sua participação no mercado de trabalho. Antes de olhar a magnitude desse fenômeno e alguns dos fatores explicativos, vejamos o tamanho e a distribuição regional da população economicamente ativa (PEA) no Brasil, a distribuição salarial, os diferenciais de remuneração no setor público e privado para homens e mulheres e a distribuição setorial da PEA por gênero.

Também é do conhecimento de todos que o desemprego tem aumentado sem precedentes na história do país, atingindo todos os segmentos sociais. A abertura comercial e a forma que o Brasil se inseriu na mesma, provocou sérias mudanças no mercado de trabalho nas últimas décadas, com conseqüente redução na quantidade de empregos formais, crescimento da informalidade, precarização das condições de trabalho e aumento do desemprego. Como tudo isso tem impactado a vida das mulheres? A seguir são apresentados alguns dados sobre esses pontos.

Em 1997 a população economicamente ativa (PEA) do Brasil era de aproximadamente 75,2 milhões de pessoas, sendo 59,6% de homens e 40,4% de mulheres, como mostra a tabela 1. Observa-se que não existem grandes diferenças entre as regiões. A região Sul é a que possui a PEA feminina mais elevada em termos relativos, com 41,6%. A região de menor PEA feminina é a Centro-Oeste com 39,2%.

Tabela 1 - População economicamente ativa - Brasil e grandes regiões - 1997

| Região | População Economicamente Ativa | % | Homens | % | Mulheres | % |
|--------------------|--------------------------------|--------------|-------------------|-------------|-------------------|-------------|
| Norte ¹ | 3.222.002 | 100,0 | 1.927.435 | 59,8 | 1.294.567 | 40,2 |
| Nordeste | 21.170.684 | 100,0 | 12.567.191 | 59,4 | 8.603.493 | 40,6 |
| Sudeste | 32.760.633 | 100,0 | 19.637.964 | 60,0 | 13.122.669 | 40,0 |
| Sul | 12.547.265 | 100,0 | 7.332.428 | 58,4 | 5.214.837 | 41,6 |
| Centro Oeste | 5.382.185 | 100,0 | 3.273.916 | 60,8 | 2.108.269 | 39,2 |
| Brasil | 75.213.283 | 100,0 | 44.832.163 | 59,6 | 30.381.120 | 40,4 |

Fonte: DIEESE com base nos dados do IBGE, PNAD.

Nota: (1) Não incluída a população da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

O Brasil possui uma das maiores desigualdades de riqueza e de renda do mundo. Uma pequena parte goza de grande riqueza e da renda e um número bastante expressivo vive em situação de pobreza. Os dados da tabela 2 mostram que aproximadamente 71% da PEA recebem até cinco salários mínimos (um salário mínimo equivale à cerca de U\$70,00/mês), ou seja, a maior parte da PEA é de baixíssima renda.

Tabela 2

Participação percentual do número de registros de emprego, por faixa salarial, em salários-mínimos, em anos selecionados no Brasil

| Anos | Faixa Salariais (Salário Mínimo) | | | |
|------|----------------------------------|---------------|----------------|------------|
| | Até 2 | De 2,01 até 5 | De 5,01 até 10 | Mais de 10 |
| 1986 | 30,5 | 36,4 | 15,9 | 10,8 |
| 1991 | 22,1 | 38,1 | 19,1 | 14,9 |
| 1995 | 38,4 | 29,3 | 13,8 | 7,9 |
| 1997 | 39,8 | 31,0 | 13,4 | 7,3 |

Fonte: Base de dados do MTb.

No mercado de trabalho, as mulheres – independente da cor, escolaridade, função exercida ou desempenho da economia – vivem em posições inferiores, com níveis de responsabilidades baixos e de remuneração menor em relação aos homens. Conforme DIEESE (1997), na indústria as diferenças salariais são maiores. Em 1996 as mulheres recebiam cerca de 56% do valor pago aos homens. Em geral, a remuneração feminina correspondia cerca de 60% da masculina.

Para que a mulher tenha uma equidade de salário, comparado ao salário masculino, ela tem que estudar muito mais do que ele, conforme afirma VALENZUELA (1999) que “(...) É requerido para as mulheres de quatro a sete anos de instrução para obterem níveis salariais equivalentes aos dos homens sem instrução(...)”.

A desigualdade dos salários, entre os sexos, pode ser percebida tanto no setor privado como no setor público. São as mulheres, que na maioria dos casos, possuem salários menores, até quando têm o mesmo grau de escolaridade que os homens. A tabela 3 demonstra, essa situação.

Tabela 3
Renda média dos ocupados segundo a escolaridade, gênero e o setor - Brasil – 1995

| Escolaridade | Setor Público | | Setor Privado | |
|--------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | Feminino | Masculino | Feminino | Masculino |
| 1º grau incompleto | 177,30 | 358,75 | 228,53 | 331,90 |
| 1º grau completo | 298,07 | 534,47 | 285,50 | 477,38 |
| 2º grau completo | 504,35 | 870,20 | 452,07 | 809,58 |
| 3º grau completo | 1.067,84 | 2.140,51 | 1.090,65 | 2.475,55 |
| Total | | 679,28 | | 477,57 |

Fonte: LAVINAS (1999, p.191) com base nos dados da PNAD-IBEGE (1995),

Nota: Valores deflacionados para dezembro de 1997 pelo INPC considerando-se o expurgo de julho de 1994.

A renda média das mulheres nos dois setores é sempre inferior à dos homens. No setor público, as mulheres com o primeiro grau incompleto e terceiro grau completo possuem renda superior às mulheres do setor privado.

Existem muitas formas de discriminação que permeiam o cotidiano da mulher como a dificuldade de promoção profissional, a contratação de mulheres casadas e com filhos, assédio sexual e outros. No entanto, estes na maioria não são tão visíveis o que dificulta a sua mensuração.

As mulheres, atualmente estão se inserindo em todas as áreas econômicas, até mesmo naquelas funções tidas como perigosas e realizadas no período da noite. Contudo, permanece a concentração das mulheres em atividades tradicionalmente tidas como femininas. Os ramos específicos do sexo “dito como forte” como a construção civil, o setor de transportes e as atividades de reparação e conservação (elétrica, veículos, instalações em geral), ainda são pouco representados pelas mulheres. A participação feminina é muito expressiva em alguns ramos do setor terciário como serviços pessoais, administração pública de serviços sociais, serviços de saúde e ensino privados em geral e serviços comunitários.

A tabela 4 demonstra os setores em que a PEA brasileira estava mais concentrada, no ano de 1997. A atividade de maior participação feminina, no ano de 1997, foi a prestação de

serviços com 30,2%, em seguida a atividade agrícola com 20,2%, e a social com 17,2%. Ainda com uma porcentagem expressiva, o de comércio de mercadorias com 13,2%.

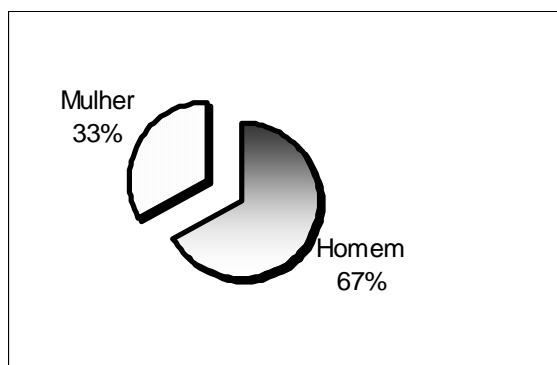
Tabela 4
População ocupada, por setor da economia e gênero – Brasil – 1997

| Setor | Homens | % | Mulheres | % | Total | % |
|--|-------------------|--------------|-------------------|--------------|-------------------|--------------|
| Atividade Agrícola | 11.254.447 | 26,8 | 5.516.228 | | 16.770.675 | 24,2 |
| Indústria de Transformação | 6.101.334 | 14,5 | 2.405.648 | 8,8 | 8.506.982 | 12,3 |
| Indústria de Construção Civil | 4.485.987 | 10,7 | 97.512 | 0,4 | 4.583.499 | 6,6 |
| Outras Atividades Industriais | 658.297 | 1,6 | 116.011 | 0,4 | 774.306 | 1,1 |
| Comércio de Mercadorias | 5.613.928 | 13,4 | 3.608.861 | 13,2 | 9.222.789 | 13,3 |
| Prestação de Serviços | 5.224.537 | 12,4 | 8.256.571 | 30,2 | 13.481.108 | 19,4 |
| Serviços Auxiliares da Atividade Econômica | 1.603.708 | 3,8 | 870.517 | 3,2 | 2.474.225 | 3,6 |
| Transporte e Comunicação | 2.506.673 | 6,0 | 252.301 | 0,9 | 2.758.974 | 4,0 |
| Social | 1.626.055 | 3,9 | 4.706.756 | 17,2 | 6.332.811 | 9,1 |
| Administração Pública | 2.083.961 | 5,0 | 1.064.264 | 3,9 | 3.148.225 | 4,5 |
| Outras Atividades | 818.331 | 1,9 | 459.580 | 1,7 | 1.277.911 | 1,8 |
| Total (1) | 41.977.258 | 100,0 | 27.354.249 | 100,0 | 69.331.507 | 100,0 |

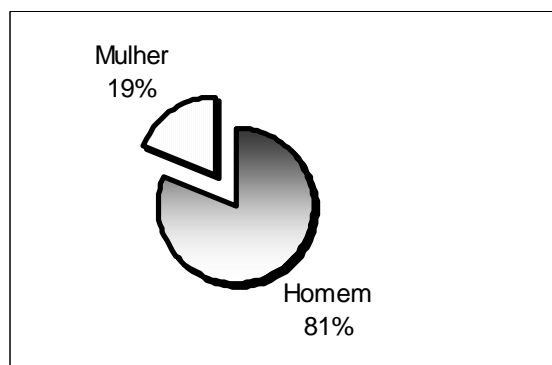
Fonte: DIEESE com base nos dados do IBGE PNAD.

Nota: (1) Não inclui a população da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Quanto ao setor industrial é na indústria de transformação que a mulher tem maior participação 8,8%. Portanto, no Brasil, em 1997, a participação da PEA feminina no setor industrial foi menor que nas atividades do setor agrícola. O gráfico 1 mostra a participação setorial e total segundo o gênero em 1997.



(a) Setor primário



(b) Setor secundário

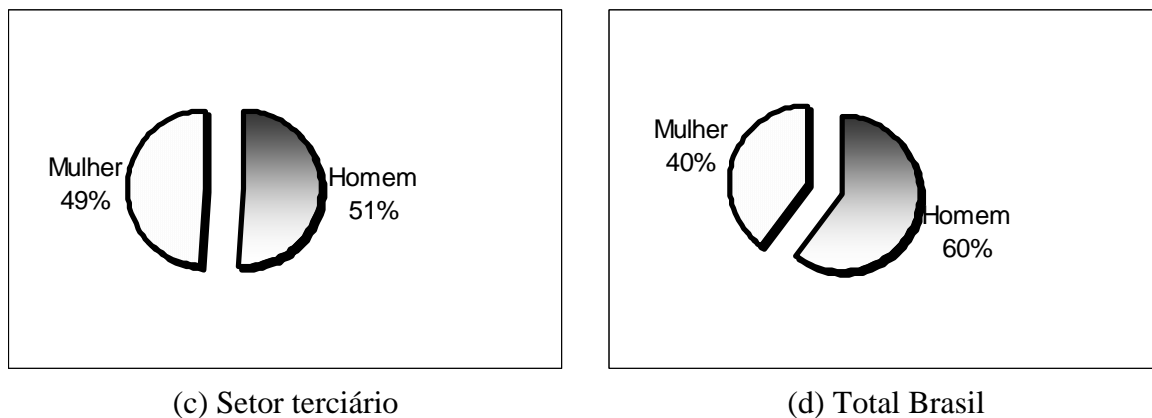


Gráfico 1: PEA por setor de atividade e sexo, no Brasil em 1997

Fonte: DIEESE com base nos dados do IBGE / PNAD.

Verifica-se que a participação masculina nos três setores ainda é maior, sendo que nos setores primário e secundário o percentual foi bastante expressivo 67% e 81% respectivamente. Já no setor terciário a participação da mulher foi significativa 49%. No cômputo total, em 1997, os homens representavam 60% da força de trabalho, no Brasil e as mulheres 40%.

Apesar da grande inserção da mulher no mercado de trabalho, o desemprego no Brasil tem crescido significativamente e afetado de modo particular as mulheres:

(...) se assiste ao aumento das taxas de desemprego feminino que, até o final da década passada, acompanhavam as curvas do desemprego masculino (variando entre 3% e 4% dos ativos, para os dois sexo), mas que, nos anos mais recentes, vêm demonstrando um certo deslocamento e tendendo a aumentar mais rapidamente (LAVINAS, 1999, p.180).

Na década de 90, o Brasil inicia a sua liberalização comercial, financeira e desregulamentação cambial, no intuito de atrair capitais estrangeiros. O Governo optou em sustentar uma estabilidade monetária via sobrevalorização cambial, altas taxas de juros e abrupta abertura comercial, provocando elevação das importações e conseqüentemente, queda das exportações (Plano Real). Ocorreu uma certa expulsão das empresas brasileiras do mercado, por não estarem aptas à concorrência internacional e as que permaneceram no mercado tiveram que adequar às necessidades daquele momento.

(...)O acirramento da concorrência, com a globalização da produção e as profundas mudanças nas tecnologias e nos sistemas de gestão, obrigam as empresas a buscarem custos unitários do trabalho mais baixos e uma maior flexibilidade para se adaptarem a um ambiente de constante mutação(...) (BONELI, 1999, p. 92).

A partir de 1990, o desemprego aumentou demasiadamente, cerca de 3,3 milhões de postos de trabalhos formais, da economia brasileira, foram eliminados. O desemprego, na década de noventa, além de ter se expandido sofreu modificações estruturais e temporais, atingindo todos os segmentos sociais e aumentando o período de desocupação.

Os dados contidos na tabela 5 indicam que houve crescimento substancial da taxa de desemprego no país nos últimos dez anos, de 8,7% em 1989 para 19,5% em 1999. O desemprego atingiu mais fortemente a população com mais de 40 anos, de cor não branca, homens com mais escolaridade (mais de 11 anos) e aqueles que estão buscando pela primeira vez emprego. O tempo de procura de trabalho também aumentou passando de cerca de 04 para 10 meses.

Tabela 5 - Perfil do desemprego no Brasil, 1989 e 1999 (em %)

| Especificação | 1989 | 1999* | Variação (%) |
|---|-------------|--------------|---------------------|
| Tipo de desemprego (PED/SEADE-DIEESE) | | | |
| Total | 8,7 | 19,5 | 124,1 |
| Aberto** | 6,5 | 12,3 | 89,2 |
| Oculto*** | 2,2 | 7,2 | 227,3 |
| -Precário | 1,5 | 4,9 | 226,7 |
| -Desalento | 0,7 | 2,2 | 214,3 |
| Idade (PED/SEADE-DIEESE) | | | |
| 10 a 14 anos | 32,1 | 50,9 | 58,6 |
| 15 a 17 anos | 21,9 | 48,9 | 123,3 |
| 18 a 24 anos | 11,9 | 27,7 | 132,8 |
| 25 a 39 anos | 6,2 | 15,6 | 151,6 |
| Mais de 40 anos | 3,5 | 12,3 | 251,4 |
| Cor (PED/SEADE-DIEESE) | | | |
| Branca | 7,9 | 18,1 | 129,1 |
| Não branca | 10,5 | 24,9 | 137,1 |
| Sexo (PED/SEADE-DIEESE) | | | |
| Homem | 7,5 | 17,8 | 137,3 |
| Mulher | 10,8 | 21,9 | 102,8 |
| Posição da família (PME/IBEGE) | | | |
| Chefe | 1,7 | 5,2 | 205,9 |
| Cônjuge | 1,6 | 5,4 | 237,5 |
| Filho | 7,4 | 14,4 | 94,6 |
| Outros | 4,3 | 9,5 | 120,9 |
| Escolaridade (PME/IBGE) | | | |
| Menos de 5 anos | 2,9 | 6,4 | 120,7 |
| 5 a 8 anos | 4,9 | 9,5 | 93,9 |
| 9 a 11 anos | 4,5 | 10,1 | 124,4 |
| Mais de 11 anos | 1,8 | 4,2 | 133,3 |
| Experiência profissional anterior (PME/SEADE-DIEESE) | | | |
| Reemprego | 7,5 | 17,10 | 126,0 |

| | | | |
|--|------|------|-------|
| Primeiro emprego | 1,0 | 2,6 | 160,0 |
| Tempo de procura de trabalho (PED/SEADE-DIEESE) | | | |
| Desemprego total | 15 s | 40 s | 166,7 |

Fonte: Quadro elaborado por POCHMANN (1999, p. 6) com base nos dados da FSEADE, DIEESE e FIBGE.

s = semanas

*Média semestral

**pessoas que procuram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exercem nenhum trabalho nos últimos sete dias

***pessoas que realizam de forma irregular algum trabalho remunerado ou que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuram trabalho nos 30 dias anterior ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fez até 12 meses.

4. FATORES DETERMINANTES DA PARTICIPAÇÃO FEMININA

Em termos relativos, observa-se aumento no ingresso das mulheres no mercado de trabalho, o que poderia ser considerado grande avanço não fossem os problemas de dupla jornada de trabalho e diferenças salariais entre os sexos.

O gráfico 2 mostra a evolução da participação das mulheres de 10 anos e das mulheres de 16 a 60 anos de 1977 a 2001.

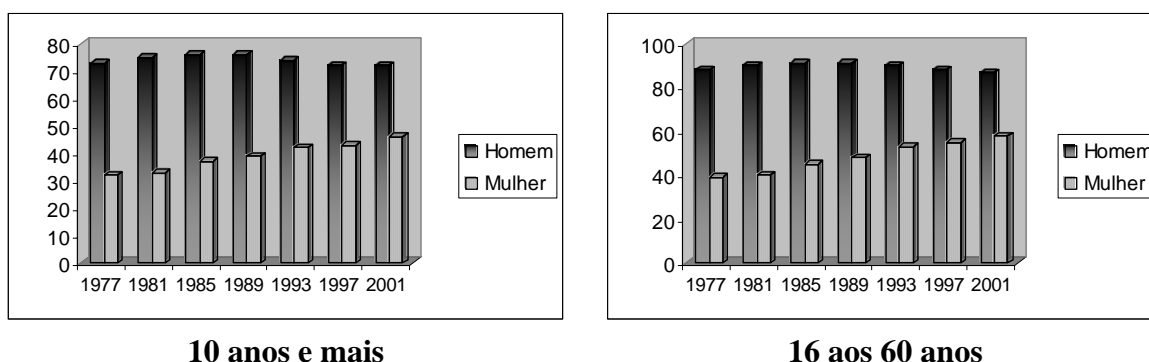


Gráfico 2: Taxas de participação masculina e feminina de 1977 a 2001

Fonte: Dados da PNAD

Em 1977, 32% das mulheres de 10 anos ou mais e 39% das mulheres dos 16 aos 60 anos participavam do mercado de trabalho. As taxas equivalentes eram 73% e 88% para os homens. Em 2001, as taxas masculinas pouco tinham mudado 72% e 87% mas as femininas aumentaram para 46% e 58%. O hiato entre as duas taxas caiu de 41 para 26 pontos percentuais. Assim, o aumento na participação feminina é uma mudança relevante, mas as mulheres estão longe de participar do mercado de trabalho na mesma proporção dos homens.

Vários fatores, de diferentes áreas do conhecimento, podem ser elencados na explicação desse fenômeno. A maior participação das mulheres pode decorrer de processos

demográficos, econômicos ou por causa de mudanças institucionais e culturais profundas sobre os papéis de gênero. Obviamente não esgotaremos a questão, já que não estamos equipados para analisar muito deles, mas, podemos verificar alguns dos fatores mensuráveis que impulsionaram este processo e o que podemos esperar no futuro próximo.

Vejamos o que a literatura econômica diz sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho e os fatores responsáveis por esse processo, a partir dos trabalhos de Sedlacek & Santos (1990); Leone (2000); Wajnman & Rios Neto (2000); Soares (2002); Scorzafave & Menezes Filho (2001); e, Soares & Izaki (2002).

SEDLACEK & SANTOS (1990) argumentam que a decisão das mulheres casadas de participar do mercado de trabalho se dá conforme uma curva na forma de U segundo a renda do marido e que a participação destas na PEA feminina estava aumentando. São as mulheres nas famílias mais ricas por um lado, e as mais pobres por outro, as que têm as maiores taxa de participação. As primeiras por terem um salário mais atrativo e as segundas pela necessidade de complementação da renda familiar já reduzida. Utilizando um modelo Probit, ou autores chegam à conclusão de que ter altos níveis de escolaridade, filhos mais velhos e estar entre 20 e 29 anos são fatores que se correlacionam fortemente com a decisão de participar do mercado de trabalho.

LEONE (2000) analisa a participação feminina no mercado de trabalho na cidade de São Paulo, observando a estrutura familiar (com ou sem filhos, com ou sem marido) e o perfil socioeconômico e chega à conclusão de que as mulheres continuam a ofertar cada vez mais trabalho e o número de famílias com mulheres que trabalham continua a subir. Além do aumento na taxa de participação, o autor conclui que existe uma tendência à convergência das taxas de mulheres em diferentes posições no domicílio, com a taxa das cônjuges se aproximando da taxa das mulheres chefes de família. Por último, observa que as mulheres de famílias mais pobres participam menos que as mulheres de famílias mais ricas colocando em xeque conclusões de Sedlacek & Santos.

WAJNMAN & RIOS NETO (2000) analisam o aumento na taxa de participação e fazem projeção para o futuro. Usando análises de *coortes*¹ enfatizam que o perfil de idade-participação transversal (mulheres com idades diferentes em um mesmo momento no

¹ Por *coorte* entende-se um grupo de pessoas que sofrem um mesmo evento em um determinado momento e são acompanhadas no tempo após esse evento. Ex. pessoas nascidas na mesma década e acompanhadas ao longo de suas vidas.

tempo) não é necessariamente o mesmo do perfil longitudinal (mulheres que nasceram no mesmo ano observadas ao longo do tempo). Fazendo dois cenários, chegam à conclusão de que o aumento na taxa de participação das mulheres vai continuar, embora bem menos do que tem sido até hoje.

SOARES (2002) analisa como a oferta de trabalho varia conforme a composição familiar. Busca verificar se o sexo e a idade dos filhos exercem influência sobre a probabilidade de a mãe participar do mercado de trabalho. O autor usa um modelo probabilístico para modelar a probabilidade de participação em função de uma série de variáveis de controle. Como resultado ele observa que a educação formal das mães tem forte influência sobre sua probabilidade de buscar trabalho. Que os filhos menores de 10 anos reduzem a probabilidade de trabalho, qualquer que seja o sexo da criança. Já para idades maiores, o efeito depende do sexo da criança – meninas aumentam a probabilidade ao contrário dos meninos que a reduzem.

SCORZAFAVE & MENEZES FILHO (2001) procuraram investigar as causas do aumento da participação feminina no período de 1982 a 1997. Usam um modelo de decomposição multivariada e conseguem explicar cerca da metade do aumento da participação feminina. Chegam à conclusão de que mudanças no perfil educacional das mulheres foram fundamentais para explicar o aumento na sua participação no mercado de trabalho, assim como mudanças na oferta de trabalho de mulheres mais velhas e mulheres cônjuges.

SOARES & IZAKI (2002) acrescentam pontos muito interessantes a esse respeito. Para os autores, o aumento da participação das mulheres foi crescente, mas o processo está se esfriando. Isto é, a diferença entre as taxas de participação das sucessivas *coortes* está diminuindo. Enquanto as diferenças entre as gerações de décadas sucessivas 1930-1940 e 1950-1960 são de quase 10%, a diferença 1950-1960 mais se aproxima de 6-8% e a diferença 1960-1970 e 1970-1980 é quase nula. Se este fenômeno for real, afirmam os autores, deve-se esperar algum crescimento nas taxas de participação globais enquanto as gerações anteriores à *coorte* 1960 se retiram do mercado e depois uma estabilização da taxa próxima à taxa das *coortes* de 1960 e 1970, em torno de 52% para as mulheres acima de 10 anos e próximo de 60% para as mulheres de 16 a 60 anos.

Quanto aos determinantes do aumento da participação feminina, as variáveis candidatas a explicar estatisticamente a variação na taxa de participação, por SOARES & IZAKI (2002)

são a urbanização, a migração inter-regional, o acesso à escola e a composição dos domicílios. A partir de uma análise de decomposição univariada, os autores chegaram às seguintes conclusões: (a) a urbanização explica apenas 2,1%, tendo, portanto, pouca relação com a variação da taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho; (b) a migração não explica quase nada: se apenas a região de residência das mulheres tivesse mudado e a taxa de participação regional tivesse permanecido estável de 1977 a 2001, a taxa de participação das mulheres seria 0,05% inferior em 2001, ao observado em 1977; (c) quanto à frequência à escola, esta também é uma variável com baixo poder explicativo; (d) no que refere à posição no domicílio (chefe, cônjuge, filhos e outros), observa-se que nas décadas de 1980 e 1990 o percentual de mulheres chefes de família cresceu de 8% para 16%. Trata-se de uma grande mudança, uma vez que chefes de família têm uma probabilidade muito maior de trabalhar que cônjuges ou filhas, sendo esperado, portanto, um forte poder explicativo dessa variável. No entanto, a condição do domicílio explica apenas, 5,5% da variação 1977-2001; (e) quanto à educação, entre 1977 e 2001 o número médio de anos de estudo das mulheres aumentou de 3,9 para 5,7. Além disso, as mulheres passaram os homens na média de anos de estudo, e hoje têm quase um ano de vantagem, hiato esse que continua aumentando. A educação é a variável com maior poder explicativo: mudanças na composição educacional da população feminina teria levado a um aumento de 8 pontos percentuais na taxa, o que equivale a 59% da variação da taxa global de quase 15 pontos. Assim, a única variável capaz de explicar estatisticamente a variação na participação das mulheres é a educação. A escola aparece, dessa maneira, como agente de mudança e modernização.

Outro dado importante para a análise do problema em tela refere-se às horas trabalhadas. O gráfico 3 indica que, no período de 1981 a 2001, tem havido uma redução no número médio de horas trabalhadas por homens e mulheres e que as mulheres trabalham, em média, 7 a 8 horas menos que os homens por semana. Esse resultado deve-se à maior prevalência de trabalho de tempo parcial entre as mulheres ativas.

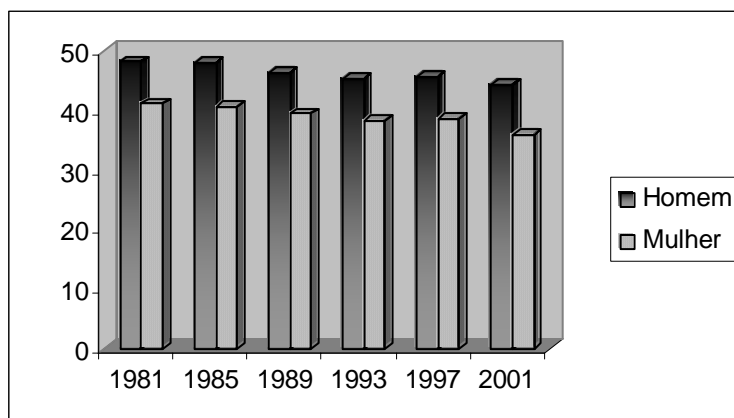


Gráfico 3: Horas trabalhadas por homens e mulheres – 1981 a 2001

Fonte: Dados da PNAD

As mudanças observadas, como aumento da qualificação e redução da jornada de trabalho, fazem parte de um processo maior de transformações ocorridas no sistema capitalista que afetaram a organização do processo produtivo e o mercado de trabalho brasileiro nas últimas décadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

População não é uma variável homogênea. Ela é dividida segundo classe social, sexo, etnia, escolaridade e outros. Apesar das novas tecnologias terem transformado a vidas das pessoas, trazendo conhecimentos e novas capacidades, o mundo contemporâneo apresenta desafios como o de construir uma igualdade entre os gêneros.

No mercado de trabalho o sexo influencia nas oportunidades das pessoas. O trabalho apontou que as mulheres, para alcançar o mesmo nível salarial dos homens, tem que estudar mais. Existe uma divisão, por gênero, do trabalho produtivo e do reprodutivo, sendo esse último de responsabilidade do sexo feminino. A igualdade de gênero pode ser, dessa maneira, um meio de combater a pobreza e ampliar a liberdade e capacidade das mulheres.

O trabalho mostrou ainda que o aumento na participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro é expressivo, mas que elas participam muito menos que os homens. A julgar pelas evidências que as *coortes* apresentam, o nível de participação feminina está se estabilizando.

A grande mudança observada, ao contrário do que seria esperado, foi a participação de mulheres cônjuges. A entrada em massa das mulheres com marido no mercado de trabalho,

e não a das chefes de domicílios, foi a razão principal de aumento observado na taxa de participação feminina. Em 1977, a taxa de participação das cônjuges era 20 pontos percentuais menor do que a taxa das chefes; em 2001 a diferença é de apenas quatro pontos.

A variável com forte poder explicativo da crescente participação feminina é o aumento no nível educacional, conforme SOARES & IZAKI (2002) E SCORZAFAVE & MENEZES FILHO (2001). Entretanto, esta explica apenas uma parte, haja vista que uma explicação completa depende de outros fatores não visíveis à base de dados utilizada.

No que refere aos desafios para o desenho de políticas com o objetivo de promover igualdade de oportunidades esta requer, em primeiro lugar, o reconhecimento da discriminação por gênero como um fator social. No âmbito do mercado de trabalho, as políticas públicas devem considerar medidas para evitar a discriminação no acesso ao emprego, impedindo práticas de contratação discriminatórias. Ao mesmo tempo, devem-se tomar medidas de promoção ao emprego de grupos discriminados, por meio de programas focalizados na orientação, na intermediação e na capacitação para o trabalho, com admissão focalizada. Considerando que a discriminação por gênero tem múltiplas expressões, as medidas para promover a igualdade em matéria de emprego também devem ser múltiplas.

Referências bibliográficas

DIEESE. *Mapa das questões de gênero. Perspectivas para a ação sindical frente às transformações no mundo do trabalho*. São Paulo, DIEESE/CUT/CGT, 1999.

GOLDIN, C. *Understanding the gender gap*. New York, Oxford University Press. 1990.

FRASER, N. *Iustitia interrupta. Reflexiones críticas desde la posición 'postsocialista'*. Bogotá, Siglo del Hombre Editores, 1997.

INSTRAW. *Gender concepts in development planning: basic approach*. Santo Domingo, INSTRAW, 1995.

LAVINAS, L. As recentes políticas públicas de emprego no Brasil e sua abordagem de gênero. In: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO & MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil. Políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade*. Brasília, Editora 34, 1999. pp. 179-203

LEONE, E.T. Renda familiar e trabalho da mulher na região metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90. In: BALTAR DA ROCHA, M.I. (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências, desafios*. São Paulo, Editora 34, 2000.

POCHMAN, M. *O fenômeno do desemprego no Brasil: diagnóstico e perspectivas*. Brasília, CRUB, 2000.

SCORZAFAVE, L.G. & MENEZES FILHO, N.A. Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes. *Pesquisa e Planejamento econômico*, Rio de Janeiro, 2001, v. 31. n. 3 (dez.).

SEDLACEK, G.L. & SANTOS, E.C. *A mulher cônjuge no mercado de trabalho como estratégia de geração de renda familiar*. Rio de Janeiro, IPEA, 1990. TD. 209.

SOARES, S. & IZAKI, R.S. *A participação feminina no mercado de trabalho*. Rio de Janeiro, IPEA, 2002. TD. 923.

SOARES, Y. Viés de gênero em consumo. *Pesquisa e Planejamento econômico*, Rio de Janeiro, 2002, v. 32. n. 2 (ago.).

VALEZUELA, M. E. Igualdade de oportunidades e discriminação de raça e gênero no mercado de trabalho no Brasil. In: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO & MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil. Políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade*. Brasília, 1999, Editora 34, pp.117-178

WAJNMAN, S. & RIOS NETO, E. Quantas serão as mulheres? Cenários para a atividade feminina. In: BALTAR DA ROCHA, M.I. (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências, desafios*. São Paulo, 2000, Editora 34.